



Senadores relembram construção de Brasília e sacrifício de Tiradentes

Sessão especial foi marcada por depoimentos em tom pessoal. Parlamentares falaram de sua ligação com a capital erguida por Juscelino Kubitschek e exaltaram a figura do Mártir da Independência

O Plenário ouviu ontem histórias de senadores que acompanharam, mesmo de longe, a epopeia da construção de Brasília como um exemplo de inspiração e de afirmação de um

Brasil que tinha futuro. A sessão homenageou os 50 anos da capital, a serem celebrados no dia 21 de abril, mesma data que marca a morte de Tiradentes, que, no final do século 18, lutou pela independência do país. **4 e 5**



Mão Santa (E) e Cristovam Buarque: o Senado rendeu homenagens a Brasília e a Tiradentes e lembrou as realizações de JK



Encarte e *hotsite* falam sobre os 50 anos da capital



Escolas têm dez anos para instalar bibliotecas **2**

Senadores discutem simplificação do Orçamento

Em debate na CAE, parlamentares acham possível a retirada da Lei de Diretrizes Orçamentárias do processo. **6**

Como garantir bom preço e qualidade para obras públicas?

Rigor contra a corrupção, projetos bem elaborados e vigilância pela sociedade são defendidos por especialistas. **8**

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h de ontem serão publicados na edição do *Jornal do Senado* de amanhã, 15 de abril.

CCJ debate modernização da Justiça com Gilmar Mendes **3**



Carlos Gabas (D, ao lado de Rosalba Ciarlini e Paulo Paim) rejeita definição de percentuais para vincular recursos

Ministro quer Previdência no Fundo Social

Em debate sobre a ideia de a Previdência Social receber parte dos recursos a serem arrecadados com a exploração de petróleo da camada pré-sal, o ministro Carlos Eduardo

Gabas defendeu que o Fundo Social não tenha seus recursos vinculados a percentuais. Mas espera que, como outras áreas prioritárias, o novo fundo beneficie a Previdência. **3**

Projeto de lei da Câmara é aprovado em decisão terminativa na Comissão de Educação e, se não houver recurso para o Plenário, deverá ir à sanção presidencial

Para cada escola pública ou privada, uma biblioteca

EM NO MÁXIMO dez anos, toda instituição de ensino do país, pública ou privada, deverá ter uma biblioteca escolar. A obrigatoriedade está prevista em projeto de lei da Câmara (PLC 324/09) aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O relator foi o senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

Conforme o projeto, biblioteca escolar é a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou

leitura. No que diz respeito ao acervo de livros, deverá haver pelo menos um título para cada aluno matriculado.

– Esse projeto só tem dois defeitos: demorou tantas décadas para ser aprovado e estabelece um prazo longo para sua execução. Os sistemas de ensino poderiam reduzir de dez para cinco anos o prazo de instalação das bibliotecas – sugeriu Cristovam.

Em seu texto, o relator lembrou que o Brasil tem uma biblioteca pública para cada 33 mil habitantes, enquanto a vizinha Argentina tem uma

biblioteca para cada 17 mil habitantes. O senador citou ainda pesquisa do Ibope segundo a qual o brasileiro lê, em média, 4,7 livros por ano – cifra que cai para 1,3 quando se excluem os livros didáticos. Nos Estados Unidos e na França, a média é de dez livros por ano.

O relatório de Cristovam recebeu manifestação de apoio dos senadores Romeu Tuma (PTB-SP) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS). Dezenas de bibliotecárias e de estudantes de Biblioteconomia que acompanharam a reunião aplaudiram a aprovação do projeto.



Cristovam (E, ao lado de Romeu Tuma, Cícero Lucena e Válter Pereira): defeito do projeto está no longo prazo de execução

Criação de universidades passa em comissão

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem, em decisão terminativa, cinco projetos de lei do Senado (PLSs) que autorizam o Poder Executivo a implantar unidades federais de ensino em Santa Catarina, Sergipe e Rio Grande do Norte.

De autoria do então senador Leonel Pavan, o PLS 295/05 foi aprovado com emenda da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), propondo a criação da Universidade Federal do Vale do Itajaí, com sede em Blumenau (SC).

Já o PLS 256/06, de iniciativa de Maria do Carmo Alves (DEM-SE), autoriza a criação da Universidade Federal para o Desenvolvimento do Sertão Sergipano, localizada em Poço Redondo (SE).

Os três outros projetos, de autoria da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), preveem a implantação de *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte nos municípios de Goianinha (PLS 273/09), Açu (PLS 298/09) e Macaíba (PLS 297/09).

Esporte

A comissão aprovou, em turno suplementar, quatro projetos: o PLS 403/05, que regulamenta a prática de esportes radicais no país; o PLS 309/06, que obriga as escolas a ceder salas de aula para classes de alfabetização; o PLS 327/05, que faculta atribuir a outros conselhos ligados à educação as competências do Conselho de Alimentação Escolar; e o PLS 431/08, que autoriza a criação da Escola Técnica de Reserva (PR).

Correção

Ao contrário do que publicou o **Jornal do Senado** em sua edição de ontem, à página 4, o senador Paulo Duque (PMDB-RJ) não afirmou que os “parques proletários, construídos no fim da década de 1930 pelo então presidente da República, Getúlio Vargas, desapareceram sob as chuvas

que castigaram o estado”. Em seu pronunciamento de segunda-feira, o senador afirmou que desapareceu, sim, a política de habitação inaugurada pelo presidente Getúlio Vargas com a construção de parques proletários. O mais famoso deles, lembrou, foi o Parque Proletário da Gávea.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Pauta continua trancada

14h A sessão plenária é deliberativa. A pauta continua trancada pela MP 473/09, que abre crédito para cinco ministérios, e pelo projeto de lei de conversão oriundo da MP 472/09, que cria o programa Um Computador por Aluno.

Presidência Sarney preside sessão plenária

12h José Sarney recebe, na sala de audiências, a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e o deputado federal Walter Ithoshi (DEM-SP). Às 16h, preside a ordem do dia do Plenário.

Exposição 50 anos de Brasília

9h30 Rever a construção de Brasília sob a ótica do Poder Legislativo é o mote da exposição fotográfica *Senado Federal: 50 Anos de Brasília*, que estará aberta ao público, no Salão Negro do Congresso Nacional, entre os dias 14 e 29 de abril, das 9h30 às 17h.

Proantar Balança e perspectivas do programa

8h30 A Frente Parlamentar de Apoio ao Programa Antártico Brasileiro (Proantar) faz balanço de suas ações no ano passado. Também serão conhecidas as expectativas da Marinha e dos ministérios da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente para o Proantar deste ano. Estarão presentes o comandante da Marinha, Julio Soares de Moura Neto, e representantes dos ministérios.

CCT Nova obrigação para os Correios

8h30 O primeiro item da pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática é o projeto que obriga a especificação, pelos Correios, de data de postagem nas correspondências que encaminham documentos de cobrança. Outros 21 itens que deverão ser votados pela CCT dizem respeito a autorizações para funcionamento de rádios comunitárias, permissões para exploração de serviço de FM e renovações de concessão.

CCJ Debate e indicações de ministros

10h O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, debaterá em audiência pública com os integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a “modernização do Poder Judiciário para o desenvolvimento econômico do país”. Após a audiência, a CCJ sabatinará Artur Vidigal de Oliveira, indicado para ministro do Superior Tribunal Militar (STM), e o desembargador Raul Araújo Filho, indicado para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

CDH/CRE Famílias dos *dekasseguis*

10h As comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Relações Exteriores e Defesa Nacional realizam audiência conjunta para discutir a situação das famílias dos *dekasseguis* (brasileiros descendentes de japoneses que trabalham no Japão). Participam do debate o juiz de Direito da 2ª Vara Cível de Paracatu (MG), Rodrigo Oliveira; o presidente da Associação de Famílias Abandonadas por Dekasseguis, Djalma Straube; e a representante das famílias, Aparecida Kayaki.

CAS Modelos excessivamente magras

11h A Comissão de Assuntos Sociais reúne-se para analisar 19 itens em pauta. Os senadores podem votar, em decisão terminativa, projeto que proíbe a contratação de modelo que apresente índice de massa corporal inferior a 18. A proposição visa evitar que a indústria da moda promova a obsessão pela perda de peso na disputa por contratos em agências de modelos.

CPI do MST Representantes dos ministérios

14h A Comissão Parlamentar de Inquérito do MST realiza audiência para ouvir representantes dos ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Esporte.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp



O presidente do Senado, José Sarney, recebeu em seu gabinete o presidente do Parlamento da Noruega, Dag Terje Andersen (E). Segundo Sarney, o presidente do Parlamento norueguês falou sobre temas ambientais. – O interessante é que, embora sejamos países muito distantes um do outro, com diferentes condições climáticas, temos os mesmos problemas ambientais e temos também problemas que envolvem etnias e povos indígenas. Eles têm o povo sami, com seu próprio parlamento, e estão dispostos a preservar a cultura deste povo, evitar a aculturação – disse o presidente do Senado.

Relatórios sobre Petro-Sal serão votados diretamente em Plenário

O projeto de lei que cria a Petro-Sal está com seus três relatórios na ordem do dia do Plenário para votação até o dia 19, sem que tenham sido votados nas comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Infraestrutura (CI). A matéria será votada diretamente em Plenário porque tramita em regime de urgência.

O relator na CCJ, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), rejeitou toda a proposta (PLC 309/09), que considerou inconstitucional. Já os outros dois relatores, Gim Argello (PTB-DF), na CAE, e Paulo Duque (PMDB-RJ), na

CI, acataram uma emenda de redação.

A emenda, do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), muda o nome da estatal. Em vez de Petro-Sal Petróleo Sociedade Anônima, a empresa seria criada com a denominação Pré-Sal Sociedade Anônima.

Caso o projeto seja aprovado apenas com a emenda de redação, irá à sanção presidencial. A futura empresa deverá administrar os contratos de partilha para exploração do petróleo na camada pré-sal e terá ações ordinárias nominativas com controle total da União.

Lobão assume relatoria na CAE da proposta de Fundo Social

O presidente da CAE, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), cedeu ao senador Edison Lobão (PMDB-MA) a relatoria do PLC 7/10, que institui o Fundo Social a ser criado com recursos do pré-sal. Lobão reassumiu o mandato no dia 5, depois de 26 meses como ministro de Minas e Energia, período no qual foram elaborados os novos marcos regulatórios do petróleo e do gás.

Apesar de só oficializado ontem, Lobão já está trabalhando como relator desde a semana passada. O PLC 7/10 deverá passar por sete comissões antes de ser votado no Plenário, e

tramita em regime de urgência constitucional. Ainda não foram definidos os relatores na Comissão de Infraestrutura, onde os quatro projetos do pré-sal serão votados em decisão terminativa.

Um desses projetos (PLC 309/09), que cria a empresa encarregada da gestão dos contratos de partilha, já está na pauta do Plenário para votação. Os relatórios nas três comissões temáticas que analisam a proposta sequer chegaram a ser votados. Em um deles, na CCJ, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) deu parecer contrário, considerando o projeto inconstitucional.

Seria bom deixar royalties para depois das eleições, diz Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, disse que seria bom deixar para o próximo ano a votação da parte dos projetos do pré-sal relativa aos royalties. "Este é um problema de negociação entre as lideranças, mas sempre que, em



Sarney opina sobre votação de controvérsias

bom", opinou Sarney, depois de receber o presidente do Parlamento da Noruega, Dag Terje Andersen.

A questão do petróleo esteve na agenda do encontro e Sarney disse que haverá uma grande cooperação entre os dois países. "Eles têm uma experiência pioneira e

muito avançada na prospecção de óleo e gás em águas profundas", salientou.

Em debate na Comissão de Assuntos Sociais, ministro destaca que emenda feita na Câmara não especifica qual o total que seria destinado à área no futuro Fundo Social



Rosalba Ciarlini e Paulo Paim (no centro da foto) acompanham debate entre os participantes da audiência pública

Previdência quer definição sobre recursos do pré-sal

A PREVIDÊNCIA SOCIAL pode receber parte dos recursos a serem arrecadados com a exploração das reservas de petróleo da camada pré-sal. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a Subcomissão Permanente de Defesa do Emprego e da Previdência Social, a ela vinculada, realizaram ontem audiência pública para discutir a ideia. Mas o ministro da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, defendeu a não vinculação de percentuais fixos da arrecadação desses recursos, seja para a Previdência Social, seja para outras áreas.

– A emenda que veio da Câmara determinou que a Previdência receba 5% do fundo destinado à pobreza. Portanto, não são 5% de todo o Fundo [Social do pré-sal]. Não sei se isso é pouco

ou muito. Me preocupa fixar esse percentual – afirmou o ministro.

Gabas disse que o país tem muitas prioridades, citando as áreas de educação, saúde e ciência e tecnologia. Ele pediu também que, caso o Fundo Social do pré-sal – cujo projeto será relatado pelo vice-presidente da CAS e presidente da subcomissão, senador Paulo Paim (PT-RS) – não contenha percentuais, a Previdência Social esteja incluída entre seus beneficiários. E ainda que os recursos não sejam destinados apenas para recompor as perdas dos aposentados que recebem mais que o salário mínimo.

O ministro relatou os avanços conseguidos na Previdência Social, como o aumento da

presença nos municípios com mais de 20 mil habitantes. Com isso, estão sendo implantadas agências do ministério em mais 750 municípios, além das 1.100 já existentes. Somente o Pará, exemplificou, passará de 17 para 88 representações.

Ele parabenizou o Senado pela aprovação de várias leis, como a que facilitou a contribuição do pequeno e do microempreendedor.

A audiência pública foi pedida pela presidente da CAS, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), e por Paulo Paim.

A maioria dos sindicalistas que participaram do debate defendeu a destinação de parte dos recursos arrecadados com o petróleo do pré-sal para a Previdência Social.

Votações no Plenário dependem de acordo

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou ontem a transferência da ordem do dia para a sessão de hoje, em razão da falta de acordo para votação das matérias. A pauta está travada por uma medida

provisória (MP 473/09) que abre crédito extraordinário no valor global de R\$ 742 milhões em favor de cinco ministérios. Também bloqueia os trabalhos um projeto de lei de conversão, da MP 472/09, que cria

o programa Um Computador por Aluno e incentiva o desenvolvimento de infraestrutura nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Enquanto não houver entendimento, a ordem do dia continua bloqueada.

Telefones fixos poderão ter planos sem mensalidade

Proposta que determina a oferta de planos alternativos de telefonia fixa, sem a assinatura mensal, está na pauta de hoje da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Os senadores vão votar texto do relator, Renato Casagrande (PSB-ES), a projeto (PLS 91/04) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a partir de sugestão da Associação Comunitária de Chonin de Cima, em Governador Valadares (MG). A proposta proibia a cobrança, pelas prestadoras de serviço telefônico fixo e móvel, de qualquer valor referente à assinatura mensal ou semelhante. Casagrande, por sua vez, considerou equivocado estender a norma ao serviço móvel, que já dispõe de planos sem assinatura mensal. Ele decidiu propor a opção, pelo usuário, de serviços com ou sem assinatura.



Casagrande propõe que usuário decida o que quer

Famílias deixadas por dekasseguis em debate

A situação de famílias abandonadas por uma parcela dos chamados dekasseguis – descendentes de japoneses que vão trabalhar no Japão – será discutida hoje, a partir das 10h, em audiência conjunta das comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Segundo o presidente da Associação das Famílias Abandonadas por Dekasseguis no Brasil, Djalma Straube, a maioria dos descendentes de japoneses deixa de enviar notícias porque constitui outra família no Japão e não deseja mais mandar recursos para a respectiva família brasileira.

Djalma explicou que a entidade, fundada em 1992, tem como objetivo principal conseguir que Brasil e Japão assinem um acordo de execução de pensão alimentícia, para obrigar os brasileiros que se mudaram para aquele país a assumirem seus compromissos financeiros com os dependentes que ficaram no Brasil. A associação tem 300 famílias cadastradas, mas haveria, no país, de 10 mil a 15 mil famílias nessa situação.

Gilmar discute hoje na CCJ modernização do Judiciário

A modernização do Poder Judiciário para o desenvolvimento econômico do país será debatida hoje, a partir das 10h, em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com a participação do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes.

Essa será a última visita de Gilmar Mendes ao Congresso Nacional na condição de presidente do STF, já que deixa essa função no dia 23 de abril, após dois anos de mandato. A realização da audiência pública foi proposta pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO) e pelo senador Efraim Morais (DEM-PB).

Luziânia

Amanhã, também às 10h, haverá outra audiência pública na CCJ para debater, a pedido da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), as ações adotadas quanto ao desaparecimento de seis jovens entre 13 e 19 anos em Luziânia (GO), entre dezembro de 2009 e janeiro deste ano. O requerimento foi aprovado antes da prisão do acusado de matar os seis jovens, o ex-presidiário Admar Jesus da Silva, no último domingo.

Elogios a Brasília em depoimentos emocionados

Na sessão solene que homenageou Brasília pelos seus 50 anos, que se completam no próximo dia 21, a epopeia da construção da capital foi lembrada pelos senadores com depoimentos muito pessoais e emocionados. Eduardo Azeredo ainda era uma criança de 11 anos

quando visitou a cidade, antes mesmo da inauguração. Romeu Tuma trabalhava no comércio, mas lembra-se da excitação nacional com a perspectiva da mudança. Pedro Simon já era político e destacou a vocação da cidade para ser capital da democracia. Hélio Costa recordou um encontro que teve,

ainda como jornalista, com o então exilado JK, em Nova York, no início dos anos 70. O fato de o Dia de Tiradentes, Mártir da Independência, ser também comemorado no mesmo dia da inauguração de Brasília foi lembrado em discursos, como os de Cristovam Buarque, Paulo Duque e Mão Santa.



Pedro Simon discursando na sessão especial de ontem, no Plenário, observado por Eduardo Azeredo, Paulo Duque, Mão Santa, Augusto Botelho e Adelmir Santana: as homenagens à capital se misturaram a elogios ao governo, à memória de Juscelino Kubitschek e a exaltações à figura histórica de Tiradentes

MÃO SANTA

O senador Mão Santa (PSC-PI) leu mensagem, em nome do Senado Federal, para homenagear o Dia de Tiradentes e o aniversário de 50 anos de Brasília. As datas serão comemoradas no dia 21 de abril. Ele lembrou também que foi nessa data, em 1985, que o presidente eleito Tancredo Neves morreu sem tomar posse.

Mão Santa recordou que Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, é o patrono cívico do Brasil, por ter contestado a autoridade da Coroa Portuguesa, lançando as bases para a Constituição do Estado Republicano.

Já sobre o cinquentenário da capital, o senador afirmou que Brasília nasceu da obstinação e coragem do então presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, da genialidade do arquiteto Oscar Niemeyer e do urbanista Lúcio Costa, da dedicação e firmeza de propósitos do administrador Israel Pinheiro, além da força dos milhares de operários vindos de todos os cantos do país para ajudar na construção da nova capital, os candangos.

HERÁCLITO FORTES



A importância da decisão de Juscelino Kubitschek de transferir a capital do país, do Rio de Janeiro para o Planalto Central, foi ressaltada por Heráclito Fortes (DEM-PI).

Na avaliação do parlamentar, todo o trabalho anterior dos desbravadores do território nacional – como o do diplomata Barão do Rio Branco, que exerceu papel decisivo na consolidação das fronteiras brasileiras na região Norte – poderia se perder caso não tivesse sido feita a mudança da sede da capital brasileira.

– Não sei o que teria sido do nosso país se estivéssemos, ainda hoje, com a capital no Rio de Janeiro. Não porque o Rio não a merecesse, mas porque o Brasil vivia naquele momento a condição de um país exclusivamente litorâneo – disse.

ADELMIR SANTANA

Adelmir Santana (DEM-DF) afirmou que, apesar dos escândalos de corrupção que atingiram a capital em 2010, os brasilienses não perderam a capacidade de sonhar, a crença na importância de sua construção para o Brasil e não esqueceram a história de dedicação de figuras como Juscelino Kubitschek, Israel Pinheiro, Ernesto Silva, Athos Bulcão, Burlle Marx, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Heliodoro e Luiz Ribeiro de Mendonça.

– Eu tenho orgulho de estar nesta cidade há 47 anos e senti-la como minha e me entristecer com os fatos que marcam a sua história neste momento.

O senador acrescentou que, não fosse o triste momento que Brasília atravessa, certamente o Plenário do Senado estaria lotado de autoridades e de representantes das mais diversas áreas para festejar os 50 anos de fundação da cidade, fato que, em sua opinião, engrandeceria o país.

Adelmir Santana assinalou que o crescimento econômico anual de Brasília é o dobro da média nacional.

CONFIRA HOTSITE DA AGÊNCIA SENADO

A Agência Senado produziu um *hotsite* sobre os 50 anos de Brasília, disponível no endereço www.senado.gov.br/comunicabrasilia50anos.

Já a exposição *Senado Federal: 50 Anos de Brasília* estará aberta ao público de hoje a 29 de abril, no Salão Negro do Congresso Nacional, das 9h30 às 17h.

CRISTOVAM BUARQUE



O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ressaltou a coincidência da data, 21 de abril, em que se comemoram “as duas grandes epopeias brasileiras”. Para ele, a história de um país é a história dos seus heróis e das epopeias que eles levaram a povo a realizar.

– O herói Tiradentes é uma figura e uma estrela que fulgura no céu da história brasileira de uma maneira quase solitária pela sua grandeza. Não quer dizer que tenhamos tido um único herói. Tivemos outros. Mas nenhum, pela maneira como deu a vida, pela razão pela qual lutou, tem a grandeza do grande Tiradentes.

Cristovam disse que Juscelino Kubitschek, ao escolher essa data, quis homenagear o próprio Tiradentes, para que todos lembrassem do heroísmo de um homem e da epopeia de uma nação.

PEDRO SIMON

O senador gaúcho ligou os vários momentos vividos pela cidade com os governos que passaram pelo país. Para Pedro Simon (PMDB), o momento do nascimento da cidade foi de um grande otimismo, com o governo Juscelino Kubitschek. Depois, a capital amargou seus momentos mais tristes, com os 21 anos da ditadura militar, recuperando-se em 1984, com o movimento Diretas Já, que desagou na completa redemocratização.

Desde então, afirmou o senador, cinco presidentes foram eleitos diretamente pela população, “resgatando o destino histórico de Brasília como capital da cidadania, da democracia e da liberdade”. Entretanto, nos últimos meses, a cidade “sofreu um novo e grave abalo moral”, disse, referindo-se à prisão do ex-governador José Roberto Arruda.

– Mas Brasília é forte, continua otimista e será alegre outra vez. Daqui, Brasília só poderá elevar-se e recuperar-se. Não resta outro caminho, senão retomar seu destino honroso, como sonhavam JK e Niemeyer – previu Pedro Simon.

MARISA SERRANO



Apesar da crise política vivida pelo governo do Distrito Federal, Brasília continuará sendo o centro irradiador do desenvolvimento econômico e social do país, acredita Marisa Serrano (PSDB-MS).

– É inquestionável que a construção de Brasília mudou a fisionomia de todo o Centro-Oeste e, sem exagerar, podemos dizer que de todo o vasto interior brasileiro – declarou. Para demonstrar que JK alcançou o intento de desenvolver o “país interiorano e atrasado” que se contrapunha ao “país litorâneo desenvolvido”, a senadora citou cidades que se desenvolveram no rastro da construção de Brasília: em Goiás, Catalão e Anápolis; em Mato Grosso do Sul, a capital Campo Grande e Dourados, Corumbá e Três Lagoas; em Mato Grosso, Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis.

ROMEU TUMA



Ao falar na sessão de homenagem aos 50 anos de Brasília, o senador Romeu Tuma (PTB-SP) pediu ao governo que tome providências para recuperar o Catetinho, onde Juscelino Kubitschek e assessores moraram e despacharam enquanto eram erguidos os primeiros prédios da capital.

O Catetinho vem sendo atacado por cupins, conforme reportagem de uma rede de televisão. Tuma lembrou que, durante a construção de Brasília, era comerciante em São Paulo e fornecia cobertores “a um grego” que havia instalado um comércio, na nova capital, para vender aos candangos. Disse que ouvia do comerciante relatos sobre as dificuldades dos primeiros dias de Brasília e que o entusiasmo e a esperança das pessoas superavam tudo.

EDUARDO AZEREDO

O senador destacou a fusão do “Brasil real”, representada pela mistura de culturas em Brasília. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse que Minas Gerais deu ao Brasil vultos de grande significado, como Tiradentes e Juscelino, ambos buscando a independência e a descentralização do país.

– Aqui em Brasília, nós temos realmente um resumo do que é a nação brasileira. Basta verificarmos que, desde o seu planejamento, Brasília teve a colaboração de pessoas de todas as regiões do país. É uma cidade que tem coração – observou.

O senador esteve em Brasília antes da inauguração e pôde ver o entusiasmo dos candangos, que viam o nascimento de um Brasil diferente, “que não começou em 2003” [referindo-se ao início do governo Lula]. Para ele, o Brasil tem um dever com Juscelino, pela sua visão fundamental e por ser o maior presidente da história brasileira.

– JK não foi igualado e dificilmente o será – afirmou

HÉLIO COSTA



A simbologia do dia 21 de abril para os brasileiros – por lembrar “o grito de independência dos inconformes, sufocado pela Coroa Portuguesa”, e ter sido, também, o dia escolhido pelo presidente Juscelino Kubitschek para a inauguração de Brasília e “de um novo tempo” – foi lembrada pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG).

Hélio Costa lembrou episódio ocorrido em Nova York, nos anos 70, quando era correspondente internacional e o presidente um exilado. Ele acompanhou JK a um restaurante e o viu ser aplaudido de pé pelas pessoas presentes.

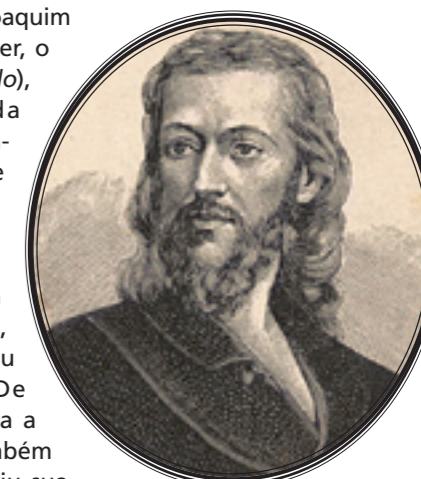
– Nos meus anos todos como jornalista cobrindo acontecimentos da maior importância no mundo inteiro, nunca tive um momento de maior emoção do que o que vivi naquele instante em Nova York.

Paulo Duque reverencia memória de Tiradentes

A memória de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes (ao lado), foi reverenciada ontem pelo senador Paulo Duque (PMDB-RJ). Ele lembrou a prisão do Mártir da Independência na Ilha das Cobras (RJ), onde permaneceu por três anos. De lá, foi levado para a Cadeia Velha, também no Rio, onde ouviu sua sentença de morte. O parlamentar lembrou o fato de que, à época do Brasil Colônia, a tortura era permitida. Por isso, Tiradentes foi açoitado e teve suas pernas fraturadas.

Paulo Duque disse que, no aniversário de 200 anos da morte de Joaquim José da Silva Xavier, uma cerimônia lembrou a data no hoje Palácio Tiradentes, atual sede da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. O palácio fica em frente à Praça Tiradentes, de onde ele partiu para ser enforcado e onde hoje há uma estátua em sua homenagem.

Paulo Duque afirmou que, para os parlamentares do Rio de Janeiro, a transferência da capital para Brasília representou um “misto de tristeza e alegria”. O parlamentar disse que a capital já vinha se transformando no que é hoje, “um grande tumulto com mais de 900 favelas”. Para ele, se continuasse sendo capital, o Rio teria hoje o dobro de favelas. O senador homenageou também Juscelino Kubitschek e lembrou momento difícil de sua vida parlamentar, por ocasião da cassação de seu mandato, quando JK despediu-se no Plenário, partindo para o exílio em seguida.



Secretário-executivo da Fazenda diz que medida "é um tiro no coração da LRF"; Virgílio e Jereissati afirmam que ideia é compensar os estados

Corte de juro em dívida estadual causa divergência

A POSSIBILIDADE DE os estados se beneficiarem da queda gradual dos juros nas renegociações de dívidas com a União, prevista em projeto de lei do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), enfrentou críticas do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Machado, durante debate realizado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ele vê na proposta uma brecha para afrouxar os controles das finanças públicas estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O projeto de Jereissati, que reforma a Lei Geral de Finanças Públicas (Lei 4.320/64), foi incluído em substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Para

Nelson Machado, um artigo da proposta possibilitaria meios para renegociações permanentes das dívidas dos estados com a União. Esse seria o efeito de dispositivo que veda a qualquer ente da Federação cobrar de outro do qual seja credor taxas de juros e remuneração acima das menores condições exigidas em operações de crédito destinadas ao setor privado.

– É um tiro no coração da Lei de Responsabilidade Fiscal, que tem entre seus princípios a proibição de renegociação de dívidas contratadas com qualquer ente federativo – disse Machado.

Segundo o secretário, se prevalecer o dispositivo incluído no projeto, as dívidas dos estados terão de ser negociadas a cada

alteração que o governo vier a fazer nos juros das linhas especiais. A seu ver, a proposta não faz sentido, e renegociações permanentes de contratos não condizem com a "boa técnica".

Os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Tasso Jereissati salientaram que não há intenção de quebrar as normas da LRF, lei proposta no governo Fernando Henrique (PSDB), e que enfrentou "forte oposição do PT". De acordo com Virgílio, a intenção seria apenas compensar os estados diante do novo contexto de juros decrescentes.

Por sua vez, Simão Cirineu, secretário de Fazenda de Minas Gerais, estado governado pelo PSDB, disse que os estados estão "financiando a União sem se beneficiar da queda das taxas".

Afirmou que, se mantidas as taxas acordadas, a partir de 2028, quando vão começar os pagamentos dos resíduos, os estados estarão desembolsando de 15% a 20% de sua receita líquida real com as dívidas, ante um valor atual de 13%.

Nesse caso, opinou, o caminho seria uma discussão pontual das dívidas que leve em conta a questão conjuntural dos juros. Segundo ele, essa discussão deve ser "apartada do debate da lei geral de finanças", na qual não caberia um mecanismo que venha a interferir permanentemente nos contratos.

Também participou da discussão o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, João Bernardo Bringel.

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) manifestou na audiência pública posição favorável à retirada da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do processo de elaboração do Orçamento.

– Poderíamos economizar de três a quatro meses, tempo em que estaríamos examinando o Orçamento, em vez de ficar brincando de [fazer] LDO – disse o parlamentar, que é o relator do projeto de Jereissati na CAE.

O secretário-executivo do Ministério do Planejamento, João Bernardo Bringel, classificou a sugestão de "revolucionária" e disse que a levaria para exame dos técnicos da pasta.



Proposta de Jereissati (E, com Virgílio) é debatida na CAE, presidida por Garibaldi Alves (entre Nelson Machado, ao microfone, e João Bringel). O relator Dornelles (D) defende extinção da LDO

Jereissati propõe que senadores só tenham emendas de bancada

Debatido na CAE ontem, o projeto do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que reforma a Lei Geral de Finanças Públicas (Lei 4.320/64) sugere normas mais restritivas para as emendas parlamentares apresentadas ao projeto do Orçamento anual da União. Incorporada ao texto substitutivo que já passou na CCJ, a proposta de Jereissati (PLS 229/09) prevê apenas uma emenda de bancada para cada estado, contra um número que hoje varia entre 15 e 20 propostas, a depender do porte da unidade federativa.

Essa única emenda de bancada seria assinada em conjunto pelos três senadores que representam cada estado. Os senadores perderiam, assim, o direito às emendas individuais. Somente os deputados continuariam au-

torizados a propor as emendas individuais, mas o número cairia a dez por parlamentar, menos da metade do atual.

A restrição numérica ao número de emendas seria compensada com a garantia quase plena de execução das ações indicadas, normalmente obras para as bases eleitorais. A ideia é obrigar o governo a executar todas as despesas sugeridas, por emendas individuais ou de bancadas, desde que haja viabilidade técnica.

Na aprovação do substitutivo na CCJ, Arthur Virgílio (PSDB-AM) salientou que o objetivo maior é tornar mais eficaz a participação parlamentar, garantir maior transparência nas contas públicas e aperfeiçoar a própria Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Indicação de Luiz Awazu para o BC vai a Plenário

Por unanimidade, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem a indicação do economista Luiz Awazu Pereira da Silva para diretor do Banco Central. A mensagem do presidente da República será agora examinada pelo Plenário.

Na exposição aos senadores, Awazu disse que a reação brasileira diante da crise financeira internacional foi rápida e eficiente. Segundo ele, a crise comprovou a robustez do tripé da política econômica: metas para inflação, câmbio flutuante e sustentabilidade das contas públicas.

O economista afirmou que os bons resultados da política macroeconômica explicam a melhoria de indicadores sociais, como redução da taxa de desemprego e melhoria da

distribuição de renda.

Poupança

O senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) manifestou preocupação com o impacto nas contas correntes do país de um eventual agravamento da crise internacional.

Awazu considerou remotas as

possibilidades de crise cambial decorrente de uma eventual dificuldade do Brasil em financiar suas contas correntes.

Respondendo a Eduardo Suplicy (PT-SP), Awazu reconheceu a contribuição do senador às reflexões em busca de uma transição do Bolsa Família para um sistema mais evoluído de proteção social. Suplicy é autor da proposta da renda básica de cidadania.

Questionado por Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Awazu previu que a evolução da economia estimulará a competitividade entre os bancos, com redução das taxas de serviços e do spread (diferença entre os juros pagos pelos bancos nas aplicações financeiras e os cobrados dos tomadores de empréstimos).



Awazu diz que a crise comprovou robustez da política econômica

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Geovani Borges • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Cíntia Sasse, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Renan elogiou a firmeza e a lucidez de Sampaio, de quem era amigo

Renan Calheiros lamenta morte de Geraldo Sampaio

Renan Calheiros (PMDB-AL) apresentou ontem voto de pesar pelo falecimento do ex-vice-governador de Alagoas e ex-deputado federal Geraldo Sampaio, aos 82 anos, em decorrência de complicações renais e hepáticas, no domingo.

Sampaio entrou na política na União Democrática Nacional (UDN), ainda nos anos 1950. Desde 2005, era filiado ao PDT.

– Conforta-me lembrar de sua disposição firme e lucidez em sempre iniciar novos desafios em prol da sociedade alagoana – disse o senador.



Valdir Raupp comemora eficiência da vacinação contra febre aftosa em RO

Rondônia é área livre de aftosa, celebra Raupp

Rondônia deve solicitar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no próximo ano, o reconhecimento de “área livre de febre aftosa sem vacinação”, status que apenas o estado de Santa Catarina já alcançou até agora, anunciou ontem o senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

Ele citou reportagem do jornal *Valor Econômico*, em que o presidente do Grupo Interamericano para Erradicação da Febre Aftosa, Sebastião Costa Guedes, elogia Rondônia por ter “o melhor sistema de defesa sanitária do país”.

“Vamos ter o canal da educação, o canal da cultura e é importante que os vereadores no Brasil inteiro saibam que vamos ter a TV da Cidadania. Cada cidade terá seu canal”

Hélio Costa presta contas de sua gestão no ministério

HÉLIO COSTA (PMDB-MG) prestou ontem contas do período de quatro anos em que ocupou o cargo de ministro das Comunicações. O senador disse que assumir o ministério foi um grande desafio e manifestou a sua satisfação pelo fato de o país, nesse período, ter dado “um passo extraordinário” na área de comunicações.

Em sua avaliação, o Brasil estava “prestes a cometer um grande equívoco” quando da decisão sobre o sistema de TV digital a ser adotado pelo país. Ele assinalou que a escolha do sistema japonês permitiu a criação dos canais públicos de televisão.

– Vamos ter a partir de agora o canal da educação, o canal da cultura e é importante que os nossos vereadores no Brasil inteiro saibam que vamos ter a TV da Cidadania. Cada cidade terá o seu canal de televisão.

Hélio Costa disse que a TV digital também deu um impulso à indústria. Assinalou que até o ano passado a indústria produzia 10 milhões de televisores, mas, como o sistema japonês está aos poucos se transformando no sistema do Mercosul e o abastecimento de aparelhos na região será feito pela indústria



Pronunciamento de Hélio Costa recebeu apoio de diversos parlamentares

brasileira, a projeção é de uma produção de 20 milhões de aparelhos a partir de 2011.

O senador também comemorou a instalação de um telecentro com dez computadores em cada município brasileiro. Hélio Costa ainda citou o acordo firmado com as empresas de telecomunicação para o investimento de R\$ 1,2 bilhão na instalação de banda larga nas escolas públicas. Segundo informou, 43 mil escolas públicas em todos os estados já estão conectadas.

Na área de telefonia móvel, Hélio Costa disse que alcançou o objetivo de convencer as em-

presas a estarem presentes em todos os municípios. Ele assinalou que o acordo autorizou o sistema 3G e as empresas se comprometeram a colocar o telefone celular simples em todos os municípios.

Hélio Costa também defendeu a aprovação do projeto (PLC 315/09) que altera a distribuição da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos. Ele disse que terras de Minas Gerais foram sacrificadas para que o estado pudesse ser hoje “a caixa d’água da nação”, com a construção de várias usinas hidrelétricas.

– Pela cessão de todas essas terras produtivas, recebemos menos de 130 milhões de reais por ano. Esse projeto de lei aumenta em 40% essa compensação financeira e daria para os 148 municípios mineiros, que hoje recebem em torno de 50 milhões de reais, um pouco mais, chegando a 60 milhões.

Em apartes, apoiaram o pronunciamento Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Eliseu Resende (DEM-MG), Garibaldi Alves (PMDB-RN), Valter Pereira (PMDB-MS), Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e Magno Malta (PR-ES).



Rosalba Ciarlini: 500 trabalhadores foram demitidos de obras em Cabrobó

Rosalba condena ritmo lento da transposição

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) informou que as obras de transposição do rio São Francisco no município pernambucano de Cabrobó começaram a ser desaceleradas, inclusive com a demissão de aproximadamente 500 trabalhadores.

Rosalba pediu explicações ao governo e disse que pretende ir com políticos do município ao Ministério da Integração para uma reunião com os responsáveis pelo projeto de transposição. Segundo ela, o canal que passa por Cabrobó abastecerá algumas regiões do Rio Grande do Norte.



Papaléo menciona a possibilidade de acionar o autor na Justiça

Papaléo Paes critica artigo contra o Amapá

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) criticou ontem artigo publicado pelo jornal *O Popular*, de Goiânia. Sob o título “Amapá, uma abstração”, o jornalista Rogério Borges questiona a existência do estado, sustentando que o Amapá é “uma lenda urbana”.

Papaléo não descartou a possibilidade de acionar a Justiça para pedir uma condenação do autor do artigo por danos morais ao Amapá. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Romeu Tuma (PTB-SP) e Augusto Botelho (PT-RR) se solidarizaram com Papaléo.



Mário Couto anuncia possibilidade de não disputar mais eleições

(PTB-RR), “falar a verdade não é falar mal”.

Já com o anúncio de que talvez não mais se candidate, Mário Couto vai fazer “a festa dos maus, que não querem que haja ninguém aqui capaz de denunciar os malfeitos deles”, afirmou Mozarildo.

Mário Couto se diz decepcionado com impunidade para corruptos

A “profunda decepção” de não ver na cadeia aqueles que lesam os cofres públicos levou o senador Mário Couto (PSDB-PA) a anunciar ontem que não é candidato a nada nas próximas eleições e talvez não dispute nenhuma outra depois de seu mandato como senador, que se encerra em 2015. Ele disse que está insatisfeito com as providências tomadas diante das denúncias que tem feito. Uma delas, contra o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), acabou em processo contra ele próprio no Supremo Tribunal Federal.

Mário Couto declarou que

tem denunciado, há bastante tempo, que “pessoas que não sabem pegar num anzol” recebem benefícios destinados a pescadores no defeso (período em que a pesca é proibida). A resposta a essas denúncias, disse ele, foi que se tornou vítima de ameaças e até de atentado a bomba na garagem de sua residência.

A mais recente ação contra ele, conforme relatou ao Plenário, foi um pedido de voto de repúdio na Assembleia Legislativa do Pará, apresentado por correligionários da governadora Ana Júlia Carepa (PT).

Para Mozarildo Cavalcanti

Comissão de juristas busca Código de Processo Civil mais claro e simples

A comissão de juristas que prepara o anteprojeto do novo Código de Processo Civil (CPC) discutiu ontem a reorganização da chamada parte geral do código. Segundo o presidente da comissão, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Fux, essa é “a parte capital e mais importante do CPC”.

A ideia é criar um Código de Processo Civil mais ágil, que permita mais velocidade na tramitação de processos. A comissão pretende simplificar o processo civil.

– Nossa preocupação é com

a clareza e a simplicidade – afirmou o ministro.

Para Fux, a parte mais trabalhosa está sendo a elabora-

ção de conceitos. “Os juristas debateram acaloradamente e definiram nessa reunião termos como sentença, deveres das

partes, poderes do juiz e intervenção de terceiros”, disse.

A comissão deverá entregar o texto final do anteprojeto



Comissão de juristas, presidida pelo ministro Luiz Fux, debateu ontem a reorganização da parte geral do código

J. Freitas

do novo CPC ao presidente do Senado, José Sarney, no próximo dia 27. A proposta será então apresentada à Mesa da Casa, que encaminhará, como autora, o projeto a uma comissão especial. Caso aprovada, a matéria em seguida vai ao exame do Plenário.

A comissão de juristas tem ainda muito trabalho pela frente. Amanhã, realiza audiência pública em Porto Alegre e, na sexta-feira, em Curitiba. Na próxima semana, a comissão reúne-se de terça a sexta-feira em Brasília, inclusive no feriado.

Transparência, bons projetos e punição rigorosa para desvios de recursos públicos são citados como saídas para obter melhores preços para obras públicas. Projeto que prevê criação de cadastro nacional recebe apoio



Wagner Silva (E), da CGU, fala em reunião da CMA presidida por Jefferson Praia, que contou com Jaime Pereira, da Infraero, e Alexandre Sales, do Sinicon

Especialistas sugerem medidas para baratear obras públicas

A ADOÇÃO DE mecanismos para que a sociedade acompanhe a execução de obras públicas, projetos bem elaborados e punição rigorosa para desvios de recursos públicos são medidas necessárias para a obtenção de preços adequados para obras financiadas pelo poder público. As medidas foram sugeridas por especialistas que participaram ontem de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O senador Jefferson Praia (PDT-AM) defendeu a soma de esforços para que o país tenha obras públicas de qualidade com preços justos. Ele pediu o aprimoramento dos chamados parâmetros de preços utilizados nas obras públicas.

Alexandre Sales, do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon), disse ser favorável à criação de um cadastro informatizado nacional único de obras públicas, conforme prevê o PLS 439/09, de Jefferson Praia.

O projeto tramita na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comuni-

cação e Informática (CCT). Pela proposta, obras e serviços custeados com recursos orçamentários passariam a constar do cadastro. O objetivo é dar transparência à execução das obras e abrir espaço para que toda sociedade acompanhe o desenrolar delas.

Jaime Henrique Caldas Parreira, da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), foi claro: um bom orçamento de uma obra começa por um ótimo projeto. Ele destacou ainda a importância da implantação na Infraero do chamado Sinapi Aeroportuário (Sistema Nacional de Preços e Índices). Em debate sobre o mesmo tema realizado na semana passada pela CMA, especialistas também apontaram a falta de qualidade dos projetos como a origem dos problemas das obras públicas.

Combate à corrupção

Prejuízos resultantes do desvio de recursos públicos na realização de empreendimentos com verbas governamentais foram analisados por Alan de Oliveira

Lopes, da Polícia Federal. Ele lamentou que a corrupção ainda esteja presente na execução de obras públicas e defendeu a tipificação do crime de malversação de recursos públicos.

Wagner Rosa da Silva, representando a Controladoria-Geral da União (CGU), apresentou uma série de componentes para que uma obra pública caminhe de forma adequada com preço justo, a começar por pré-requisitos como projetos básicos de qualidade, detalhamento e especificação técnica, critérios de medição, tempo de execução da obra e fiscalização do contrato.

Lélia de Sousa Sá, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), se mostrou preocupada com a destinação dos resíduos da construção civil. Melvyn Fox, da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat), disse que a qualidade do material a ser empregado em uma obra deve ser o parâmetro principal para começar a definição do preço de qualquer empreendimento.

União poderá doar áreas para que Mato Grosso utilize em conservação ambiental

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem projeto (PLC 14/10) que autoriza a União a doar ao Mato Grosso áreas de seu domínio nas glebas denominadas Maiká, em litígio judicial, e Cristalino/Divisa, suspensa por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). A proposta do Executivo ainda precisa ser votada pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

No parecer favorável, o relator, Gilberto

Goellner (DEM-MT), ressaltou que essa autorização não alcança, entre outras, terras destinadas pelo governo federal a projetos de assentamento e áreas de unidades de conservação já instituídas – ou em processo – pela União. O projeto determina, porém, que as áreas doadas ao estado sejam usadas, preferencialmente, em atividades de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável, assim como em colonização, regularização e assentamento fundiários.

Marisa Serrano questiona critérios do programa Minha Casa, Minha Vida

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) leu ontem, na reunião da CMA, nota técnica da Consultoria Legislativa do Senado sobre acompanhamento do programa Minha Casa, Minha Vida pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O monitoramento cobre análise do trimestre outubro/dezembro de 2009.

Embora ressalve que o programa ainda não completou um ano de vigência, o que impediria conclusões definitivas, o consultor Victor Carvalho Pinto observa que apenas 1.221 unidades das 261.642 contratadas até 31 de dezembro de 2009

foram concluídas. O relatório do TCU não toca nesse ponto, mas o consultor do Senado considerou preocupante a iniciativa de priorizar o quantitativo de moradias – a meta do programa é a construção de 1 milhão de moradias – em detrimento de sua localização.

“Bairros afastados, sem opções de emprego e lazer, são fonte de degradação do tecido social e contribuem para a desestruturação da família e para a inserção dos jovens no mundo da criminalidade”, alertou o consultor.

Para o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA),



Gilberto Goellner, relator: “Espero que estado saiba dar destinação viável de conservação”

– Essas áreas apresentam altíssima sustentabilidade ambiental, por isso espero que o estado saiba dar destinação viável de conservação – declarou.



Marisa Serrano leu nota técnica de consultor sobre análise que ela solicitou ao TCU

o governo precisa incentivar programas habitacionais voltados para a população de baixa renda, mas deve fazê-lo de forma planejada, para não criar novos quetos.

Modificação de fórmula de agrotóxicos preocupa senadores

Preocupados com prejuízos causados aos agricultores por alterações nos componentes usados na fabricação de agrotóxicos, os senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovaram ontem proposta de Osmar Dias (PDT-PR) para realizar um debate sobre o assunto. Como disse o senador, há fabricantes desses insumos agrícolas que alteram as fórmulas sem autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Osmar Dias informou que a mudança das fórmulas prejudica os produtores rurais, pois a aplicação do produto não mata a praga. Nesses casos, observou o senador, alguns produtores acreditam que a aplicação foi mal feita.

– O produtor pensa que não aplicou de forma correta, quando, na verdade, pode estar aplicando gato por lebre, achando que é um determinado produto, mas a fórmula está alterada – disse Osmar Dias.



Osmar Dias: muitos produtores acreditam que aplicação do produto teria sido mal feita

Ministros debaterão na CRE a Política Nacional de Abastecimento

A Política Nacional de Abastecimento, sugerida pelo projeto de lei do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), será debatida pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), por sugestão dos senadores Gilberto Goellner (DEM-MT) e Marisa Serrano (PSDB-MS).

A proposta (PLS 51/08) tem por objetivos, entre outros, criar mecanismos de controle de preços dos bens essenciais à vida, como alimentos e medicamentos, além de estimular a formação de estoques, garantir o acesso à água potável e incentivar o consumo pela população carente de alimentos básicos e necessários à dieta alimentar.

Serão convidados os ministros da Agricultura, Wagner Rossi, e da Saúde, José Gomes Temporão, entre outros.

Mantidos limites à reeleição de diretorias de cooperativas

Emenda de Plenário que propunha eliminar limites à reeleição de diretorias de cooperativas foi rejeitada ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A emenda, de Romero Jucá (PMDB-RR), alterava texto do falecido senador Jonas Pinheiro, que relatou projeto (PLC 6/03) que define novas regras para gestão de cooperativas.

A rejeição foi proposta pelo relator, Gilberto Goellner (DEM-MT), segundo o qual o tema foi discutido amplamente com representantes das cooperativas.

Também contrário à emenda, o presidente da CRA, Valter Pereira (PMDB-MS), criticou a prática da reeleição.

– A regra geral é de usar a máquina pública de forma despudorada para garantir a reeleição, com algumas poucas exceções e ressalvas – afirmou.